



UNIMED DE CORUMBÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

CNPJ – 02.018.620/0001-83

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(Todos os valores expressos em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Corumbá é uma sociedade de pessoas, de natureza civil. Tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica e social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento do serviço de assistência médica. No cumprimento da defesa econômica e social dos cooperados poderão ser criados departamentos especializados para aquisição, fornecimento e vendas, de artigos e produtos de quaisquer espécies, aos cooperados, funcionários e usuários, sem objetivo de lucro.

A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País, bem como pelo seu Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul. A Unimed Corumbá possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 34.478-8.

A sociedade conta com 101 (cento e um) médicos associados, 34 (trinta e quatro) serviços credenciados (Hospitais e Laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional.

Sua área de ação está limitada nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Corumbá, Aquidauana, Guia Lopes da Laguna, Ladário e Miranda.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada.

Os Planos da Unimed de Corumbá estão divididos em Regulamentados após a Lei nº 9.656/1998 e Antes da Lei nº 9.656/1998, como segue:



DESCRIÇÃO	REG ANS	2018	2017
PLANO EMPRESARIAL BASICO G1 AMB+HOSP C/OBST ENF	414222995	45	31
PLANO INDIVIDUAL BASICO I5 AMB+HOSP S/OBST ENFERMARIA	425370991	78	87
PLANO INDIVIDUAL PLUS I5 AMB+HOSP S/OBST APARTAMENTO	425371990	216	243
PLANO INDIVIDUAL BASICO I6 AMB+HOSP C/OBST ENFERMARIA	425372998	37	38
PLANO INDIVIDUAL PLUS I6 AMB+HOSP C/OBST APARTAMENTO	425373996	295	301
PLANO EMPRESARIAL GP FECHADO BASICO G5 AMB+HOSP C/OBST	425376991	14	14
PLANO EMPRESARIAL GP FECHADO PLUS G5 AMB+HOSP C/OBST	425377999	123	122
PLANO COLETIVO EMPRESARIAL OURO ENF ESTADUAL	438784028	747	723
PLANO COLETIVO EMPRESARIAL OURO APT	438785026	54	61
PLANO INDIVIDUAL OURO ENFERMARIA ESTADUAL	438788021	240	270
PLANO INDIVIDUAL OURO APARTAMENTO ESTADUAL	438789029	302	320
PLANO INDIVIDUAL PRATA ENFERMARIA ESTADUAL	438790022	35	16
PLANO INDIVIDUAL PRATA APARTAMENTO ESTADUAL	438791021	12	1
PLANO INDIVIDUAL PRATA ENFERMARIA GP	438796021	7	10
PLANO INDIVIDUAL PRATA APARTAMENTO GP	438797020	1	1
PLANO INDIVIDUAL PRATA AMBULATORIAL GP	438798028	6	6
PLANO INDIVIDUAL OURO ENFERMARIA GM	443179031	50	54
PLANO INDIVIDUAL OURO APARTAMENTO GM	443180034	12	16
COLETIVO EMPRESARIAL CUSTO OPERACIONAL	461632104	154	148
COLETIVO EMPRESARIAL CUSTO OPERACIONAL ENFERMARIA	461633102	1125	1125
Uniplan Básico		1	1
Plano Empresarial Básico II		5	5
Plano Empresarial Custo Operacional -D Service Nacional		0	1
TOTAL		3559	3594

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A cooperativa (Unimed) também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizada pela RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3) – Resolução nº 1296/10.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 13/03/2019 e foi dada pela Diretoria Executiva.



4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, custos e dispêndios quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

4.3 Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF quando aplicável) auferidos até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Unimed Corumbá constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 290, atualizado pela RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017 da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- I. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

4.5 Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, e não foram deduzidos de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

4.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens determinados pela Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, as quais estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

4.7 Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R3) – Resolução 1303/10.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Unimed Corumbá e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.



Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem, pelas taxas descritas em Nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R3) – Resolução 1303/10.

4.8 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

4.9 Provisões Técnicas:

- I. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;
- II. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009 e alterações, expedida pela ANS;
- III. Provisão de remissão calculada conforme nota técnica atuarial específica, realizada por atuário habilitado com registro no MIBA, (não aplicado).

4.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei 12.973/2014.

4.11 Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Unimed Corumbá e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.12 Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.



4.13 Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e da contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à ingressos considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação do ingresso é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores deste ingresso de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

4.14 Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

4.15 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.16 Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5) DISPONÍVEL

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Caixa	529,80	796,64
Bancos	248.635,07	484.687,68
TOTAL	249.164,87	485.484,32



6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Operadora dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

	2018	%	2017
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS			
Banco Sicredi	985.210,82	-4,89%	937.002,39
Banco do Brasil S/A	1.851.958,79	-4,86%	1.761.977,47
Total de aplic financ vinculadas	2.837.169,61	-4,87%	2.698.979,86
APLICAÇÕES FINANCEIRAS NÃO VINCULADAS			
Banco do Brasil S/A	5.415.532,85	-4,47%	5.173.474,70
Caixa Econômica Federal	12.997,70	-59,21%	5.302,23
Total de aplic financ vinculadas	5.428.530,55	-4,60%	5.178.776,93
Total de aplicações financeiras	8.265.700,16	-4,69%	7.877.756,79

7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Contraprestação Pecuniária a Receber	1.651.103,33	1.427.453,88
Outros Créditos	198.321,31	135.304,52
TOTAL	1.849.424,64	1.562.758,40

8) CRÉDITOS OPERACIONAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos "Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Intercâmbio Nacional	516.547,13	369.944,68
Intercambio Estadual	179.055,77	178.203,78
Provisão p/ Perda sobre Credito	-38.166,87	-38.166,87
TOTAL	657.436,03	509.981,59

9) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A composição dos Créditos tributários a receber está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Imposto de Renda Compensar/Restituir	516.675,62	508.743,85
Contribuições Sociais a Compensar	32.273,48	27.395,24
Créditos de Pis E Confins	150.659,00	141.099,06
ISSQN a Compensar	288.638,65	218.200,80
TOTAL	988.246,75	895.438,95



10) BENS E TÍTULOS A RECEBER

Os Bens e Títulos a Receber da Unimed são compostos por:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Adiantamentos de Férias	6.584,77	2.452,22
Outros Créditos	35.954,08	37.672,36
Adiantamentos de Fornecedores	18.044,62	21.797,74
Adiantamentos de Cooperados	-	7.650,00
TOTAL	60.583,47	69.572,32

11) DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas da Unimed Corumbá são compostas por seguros contratados em 2018 a serem apropriados em 2019.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Seguros diversos	1.038,75	1.318,28
TOTAL	1.038,75	1.318,28

12) Depósitos Judiciais e Fiscais

Correspondem a exigibilidade que estão sendo contestadas judicialmente, demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Depósito Judicial	19.780,01	19.780,01

13) INVESTIMENTOS

Representados por participações societárias, são demonstrados pelo valor de aquisição, somadas as incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos, conforme segue:

Participações	2018	2017
Unimed Federação MS	80.888,85	80.888,85
Unicred CG	152.137,31	151.669,31
Central Nacional Unimed	40.701,00	40.701,00
Unicred CG-Farmácia	3.756,44	3.756,44
Sicredi	4.083,59	4.083,59
TOTAL	281.567,19	281.099,19

14) IMOBILIZADO

Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados ao seu valor de custo de aquisição e de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos dos valores de depreciação acumuladas, calculadas pelo método linear, a partir da entrada do bem em operação, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de sua vida útil-econômica



DESCRIÇÃO	Taxa de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		528.363,43	-144.903,65	383.459,78	392.247,98
Edifícios	4%	325.794,23	-144.903,65	180.890,58	189.678,78
Terrenos		202.569,20		202.569,20	202.569,20
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO		571.746,74	-234.340,43	337.406,31	338.416,31
Instalações	20%	207.265,17	-3.076,35	204.188,82	204.188,82
Equipamentos de Informática	20%	129.278,55	-106.013,84	23.264,71	22.406,57
Máquinas e Equipamentos	10%	143.826,02	-81.985,29	61.840,73	68.503,61
Móveis e Utensílios	10%	91.377,00	-43.264,95	48.112,05	43.317,31
TOTAL DO IMOBILIZADO		1.100.110,17	-379.244,08	720.866,09	730.664,29

Em 2018, a cooperativa não efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a depreciação registrada está de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade conforme previsto no CPC 27 e CFC NBC TG 27 (R3) – Resolução 1.177/09.

15) INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	2018			2017	
	Taxa de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Softwares e Aplicativos	20%	22.755,44	-21.947,42	808,02	952,74

16) PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Provisão de eventos a liquidar para o SUS - I	112.060,98	71.807,91
Provisão eventos a liquidar p/ o Outros Prestadores II	1.187.376,86	994.835,50
Prov. p/ eventos ocorridos e ã avisados – PEONA III	1.297.918,62	1.234.706,43
Total	2.597.356,46	2.301.349,84

I - Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS. O valor informado no site da ANS estabelece as seguintes informações:

Provisão de Eventos a liquidar para o SUS	2018	2017
Débitos Pendentes (a)	63.759,00	25.116,56
ABIS x percentual histórico (b)	48.301,98	46.691,35
Total	112.060,98	71.807,91

a) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – GRU

Débitos pendentes: retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa.



b) Provisão de Eventos Liquidar para o SUS (% hc x ABI)

ABIs x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.

II - Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

Quadro demonstrativo de valores:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Produção de Hospitais	261.536,24	223.054,10
Produção de Clínicas	423.078,67	263.597,15
Produção de Laboratórios	169.292,27	156.863,09
Produção de Cooperados	313.734,87	332.556,92
Produção de Outros	19.734,81	18.764,24
TOTAL	1.187.376,86	994.835,50

III Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS e 393/2015 e alterações vigentes, representa os eventos ocorridos, porém, não avisados a operadora, cujo valor deve estar baseado em: 1) 8,5% do total de contraprestações emitidas líquidas nos últimos 12 meses, na modalidade de preço pré-estabelecido, ou 2) 10% do total de eventos indenizáveis conhecidos nos últimos 12 meses, na modalidade de preço pré-estabelecido; o maior dos dois, neste caso pela condição do item 2.

A Unimed Corumbá efetuou até 31 de dezembro de 2018 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de **R\$ 1.297.918,62 (um milhão duzentos e noventa e sete mil novecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos)**, apurado por metodologia regulamentada da RN 209/2009 e RN 393/2015 e alterações vigentes.

Em 31 de dezembro de 2018 a Unimed Corumbá apresenta o registro contábil desta provisão em **R\$ 1.297.918,62 (um milhão duzentos e noventa e sete mil novecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos)**, ou seja, 100% da Provisão exigida.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas, conforme nota 6.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2010 e RN 246/2011, RN 313/2012, RN 392/2015 e RN 393/2015 e alterações vigentes:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 209/2009, pelo capital base de R\$ 8.503.232,69 (oito milhões quinhentos e três mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), reajustado pelo IPCA em julho de cada ano.

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) da Cooperativa em 31.12.2018 representa o montante de **R\$ 8.652.228,43 (oito milhões seiscentos e cinquenta e dois mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos)** enquanto que o Patrimônio Mínimo calculado pelo fator "K", conforme RN 209, representa **R\$ 614.783,72 (seiscentos e quatorze mil setecentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos)**.



O Capital da Cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6 da RN 209 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

O prazo máximo permitido para adequação da Margem de Solvência foi redefinido em 22 de dezembro de 2012 pela RN 313 devem observar as seguintes parcelas mínimas do valor da Margem de Solvência (MS), calculada nos termos do art. 6º desta Resolução:

- Até dezembro de 2012: 35% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014: 35% adicionado a proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em dezembro de 2014: 41% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

A entidade em 31 de dezembro de 2018 possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos de R\$ **8.652.228,43 (oito milhões seiscientos e cinquenta e dois mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos)**, que representa 69,84% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses.

17) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se em sua maioria a tributos administrados pela RFB, registrados pelos valores nominais a vencer no mês de janeiro de 2019.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2018	2017
Contribuição social sob lucro líquida. - CSLL	2.714,79	2.044,15
Imposto sobre serviços - ISS	78.922,14	70.409,96
Contribuições previdenciárias	78.236,59	79.454,77
Fgts a recolher	2.200,86	9.418,99
Cofins e pis / pasep	13.958,56	20.646,61
Outros impostos e contribuição a recolher	2.026,73	2.301,46
IRRF- funcionários	3.654,35	3.938,23
IRRF- terceiros	55.208,31	59.380,55
Cofins	2.764,45	1.319,04
PIS	600,20	286,54
Total	240.286,98	249.630,89

18) DÉBITOS DIVERSOS CURTO PRAZO

Representa as provisões de férias incorridas, porém ainda não exigíveis. E também créditos com fornecedores de suprimentos diversos da atividade operacional e também da obra e reforma de sede.

DESCRIÇÃO	2018	2017
PROVISÕES TRABALHISTAS		
Salários a Pagar	25.336,44	47.086,45
Provisão p/Férias	34.799,40	39.376,01
INSS s/Provisão de Férias	16.118,26	16.064,76
FGTS s/Provisão de Férias	56.361,26	56.379,54
PIS s/Provisão de Férias	2.075,54	2.077,84
Total das Provisões Trabalhistas	134.690,90	160.984,60



FORNECEDORES		
Fornecedores	222.802,87	170.775,26
Outros Débitos a pagar	7.743,32	701,56
Total de Fornecedores	230.546,19	171.476,82
TOTAL	365.237,09	332.461,42

19) CONTA CORRENTE DE COOPERADOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Capital a Restituir	6.580,69	29.414,08
TOTAL	6.580,69	29.414,08

20) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

As ações cíveis que envolvem a Unimed Corumbá, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo:

PROVISÕES	2018	2017
Provisão para Ações Tributárias	-	240.397,17
Provisão para outras Contingências	-	277.914,73
Provisão Outras Provisões Técnicas	-	-
Total de provisões para Curto prazo	-	518.311,90
Provisão para contingências cíveis	2.159.450,33	926.138,43
Provisão para Ações Tributárias	-	715.000,00
Provisão para contingências Trabalhistas	30.000,00	30.000,00
Total de provisões para Longo prazo	2.189.450,33	1.671.138,43

As provisões foram consideradas suficientes na opinião da diretoria e da assessoria jurídica, para salvaguardar o patrimônio líquido da Unimed Corumbá.

21) CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

21.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social - refere-se a quotas de Capital dos Cooperados, o total integralizado em 31.12.2018 é de **R\$ 4.969.534,34 (quatro milhões novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, composto de quotas-partes indivisíveis e intransferíveis;

21.2 RESERVAS

A Reserva Legal é constituída anualmente por 10% do valor das sobras antes das distribuições à disposição da assembleia geral.

A Reserva Legal em 31.12.2018 é de R\$ 536.466,18 (quinhentos e trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), está representado por valores resultantes das sobras apuradas nos exercícios e por conta das disposições estatutárias;

Saldo em 31/12/2017	Valor utilizado em 2018	Adição em 2018	Saldo em 31/12/2018
528.381,61	0,00	8.084,58	536.466,18



21.3 RATES - Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social

A RATES (Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social) é constituída pela aplicação do percentual de 5% decorrente do total das sobras, antes das distribuições a disposição da assembleia geral, em conformidade com o Artigo 28 da Lei 5.764 de 1971.

Saldo em 31/12/2017	Valor utilizado em 2018	Adição em 2018	Saldo em 31/12/2018
142.899,50	19.200,00	4.042,29	127.741,79

21.4 OUTRAS RESERVAS

Tem a finalidade de aplicação em recursos próprios para atendimento da dos usuários.

Saldo em 31/12/2017	Valor utilizado em 2018	Adição em 2018	Saldo em 31/12/2018
1.744.775,95	0,00	0,00	1.744.775,95

22 RESULTADO DA COOPERATIVA

Em 2018, as sobras estão apresentadas na rubrica SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO pelos valores das sobras líquidas.

23 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados limitados 12% a.a. Em 2018 o resultado da cooperativa proporcionou a remuneração ao capital por juros a taxa de 4,5% a.a.

Descrição	2018
Capital Social Integralizado	4.773.410,09
Juros sobre capital	214.803,45
IRRF incidente	21.220,52

Estes juros serão pagos mediante capitalização de valores ao capital ou crédito em espécie aos cooperados.

24 PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

PROVISÕES	2018	2017
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	222.418,38	205.365,92
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	222.418,38	205.365,92
IRPJ – 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000,00)	39.670,58	86.593,22
CSLL – 9%	23.401,75	39.788,90
Total de IRPJ e CSLL devido	63.072,33	126.382,12

ATOS COOPERATIVOS

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.



A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

25 FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	240.191,81	338.971,77
- Resultado dos Atos Cooperativos Principais – ACP	240.191,81	338.971,77
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:		
- (-) Reserva Legal (10%)	8.084,58	33.897,18
- (-) FATES (5%)	4.042,49	16.948,59
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	228.064,74	288.126,00

26 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Despesas com pessoal próprio (I)	2.172.254,27	2.243.028,31
Despesas com serviços de terceiros (II)	436.487,18	384.559,40
Despesas com localização e funcionamento (III)	301.539,02	339.846,32
Despesas com publicidade e propaganda	33.895,00	40.129,35
Despesas com tributos	28.150,40	42.650,46
Despesas administrativas diversas	261.016,76	265.275,34
Total	3.233.342,63	3.315.489,18

I - Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;

II - Serviços de terceiros relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;

III - Utilização e manutenção das instalações da Unimed Corumbá, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;

27 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receitas Financeiras	269.207,64	804.104,97
Receitas com aplicações financeiras	422.811,17	670.766,73
Outras Receitas/(-) Despesas Financeiras	-153.603,53	133.338,24
Despesas Financeiras	151.341,42	611.586,54
Descontos concedidos	27.167,19	18.159,25
Despesas financeiras diversas	124.174,23	593.427,29
Resultado Financeiro Líquido	117.866,22	192.518,43



28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Os empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Unimed não possuíam nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) e títulos públicos (LFT), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;



- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

29 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados os seguintes ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa de conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela resolução 1.125/08 do Conselho Federal de Contabilidade:

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	2018	2017
Resultado Líquido	228.064,94	288.126,00
Ajuste ao resultado -		
(+) Depreciação	22.804,32	22.824,07
(-) Juros de Aplicações financeiras	-269.207,64	-804.104,97
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	-108.163,68	-96.051,41
Saldo Ajustado	-126.502,06	-589.206,31
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução Das Aplicações Financeiras	-728.471,26	-454.804,62
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	-107.789,66	-80.069,16
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	-17.039,28	-83.448,54
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	-6.752,23	-1.318,28
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens	-147,54	-54.933,05
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	-172.117,29	-31.658,59
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	6.580,69	19.867,89
(+) Aumento (-) Redução das Provisões		
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	-299.408,20	-114.326,09
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	-34.092,40	-71.062,07
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	501.701,37	97.499,62
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-984.037,86	-1.363.459,20



30 EVENTOS SUBSEQUENTES


Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis 28/02/2019, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

31 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada para publicação pelo Conselho de Administração da Unimed Corumbá em 13 de março de 2019.



Dr. José Marcio Martins Faria
Diretor Presidente



AGNALDO CORREA DA SILVEIRA
CONTADOR CRC MS 6.502/0-2
CPF: 600.550.491-68